

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 24.843 - DF (2018/0338635-9)

IMPETRANTE : EDSON CLAUDIO PISTORI
ADVOGADO : EDSON CLAUDIO PISTORI (EM CAUSA PRÓPRIA) -
MG159219
IMPETRADO : MINISTRO CHEFE DA SECRETARIA GERAL DA
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
INTERES. : UNIÃO

DECISÃO

Consoante anteriormente relatado na Decisão de fls. 77-79, *trata-se de mandado de segurança com pedido de liminar impetrado por EDSON CLAUDIO PISTORI, contra suposta omissão praticada pelo Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República consistente na não apreciação de pedido de revisão de penalidade aplicada em anterior processo administrativo disciplinar instaurado por irregularidade no recebimento de indenizações referentes a ajuda de custo e auxílio-moradia.*

O impetrante narra que, no processo penal e na tomada de contas especial instaurados em decorrência dos mesmos fatos, chegou-se a entendimento diverso daquele formalizado pela autoridade administrativa no respectivo PAD, razão pela qual protocolou, em 10/5/2017, pedido administrativo de revisão da penalidade a ele imposta na seara administrativa para a consequente exclusão de seu nome do Cadastro de Servidores Expulsos da Administração Federal.

Alega que a ele estão sendo negados acesso a referido processo de revisão de PAD e ciência das decisões nele proferidas, argumentando que, “decorridos dezenove meses, mesmo após reiteraões, a solicitação segue pendente de decisão por parte da autoridade coatora” (fl. 4).

Sobrevieram informações da autoridade apontada como coatora, informando o indeferimento do pedido de revisão, bem como a disponibilização dos documentos tidos como preparatórios para a tomada de decisão, anteriormente indisponíveis ao impetrante (fls. 4-107).

Parecer pelo d. Ministério Público Federal às fls. 112-117.

É o relatório. Decido.

O presente *mandamus*, impetrado em face de ato omissivo atribuído ao Ministro-Chefe de Secretaria Geral da Presidência da República, tinha como objetivo final obter tutela jurisdicional a fim de que determinado ao impetrado que: *emita no prazo de cinco dias, [por] ato próprio ou decline a competência para a decisão referente a admissibilidade e o mérito do*

Requerimento de Revisão (e suas reiteraões) protocolado pelo impetrante, em 10/05/2017, sob nº 00001.002123.2017/21, observando o dever de os atos administrativos serem devidamente motivados com seus os fundamentos jurídicos nos termos do artigo 50 da Lei nº 9874, além da referida vista dos autos e possibilidade de obtenção de cópias.

No tocante a este último ponto, a autoridade apontada apresentou justificativa no sentido de que *os documentos aos quais foi pleiteado acesso tratavam-se de documentos preparatórios, cujo acesso apenas é assegurado a partir da edição do ato ou decisão, nos termos do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012. que regulamenta a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011).*

Outrossim, consta nos autos a informação de que o requerimento de revisão teve apreciação - devidamente fundamentada, conforme parecer da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, aprovado e acolhido -, com decisão publicada em 29 de janeiro do corrente ano.

Forçoso reconhecer a perda superveniente do objeto do *mandamus*.

No mesmo sentido opinou o d. Representante do Ministério Público Federal, conforme ementa à fl. 112, *verbis*:

MANDADO DE SEGURANÇA ORIGINÁRIO. OMISSÃO ILEGAL ATRIBUÍDA AO MINISTRO-CHEFE DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SERVIDOR PÚBLICO. CARGO COMISSIONADO. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. APLICAÇÃO DE PENALIDADE. CONVERSÃO DA EXONERAÇÃO EM DESTITUIÇÃO DO CARGO EM COMISSÃO. PEDIDO DE REVISÃO. ARTIGO 174, DA LEI Nº 8112/90. PENDÊNCIA DE JULGAMENTO QUE ESTARIA A FERIR DIREITO DO AUTOR. INSTRUÇÃO DEFICIENTE DA AÇÃO MANDAMENTAL. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. DIREITO QUE NÃO PODE SER TIDO POR LÍQUIDO E CERTO. PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO. POSTERIOR JULGAMENTO DO PLEITO REVISIONAL PELA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA. INTERESSE PROCESSUAL QUE NÃO SUBSISTE. PRECEDENTES. PARECER PELO NÃO CONHECIMENTO DO MANDAMUS.

Ante o exposto, e com fundamento no artigo 34, XIX do RI/STJ, denego a segurança e extingo o processo sem resolução do mérito.

Custas *ex lege*. Sem honorários advocatícios (art. 25 da Lei n. 12.016/2009 e enunciado da Súmula STJ n. 105)

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

